

FINANÇAS PÚBLICAS

- **Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015 – Lei nº 21.695, de 9/4/2015**

Ementa: Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015.

Origem: Projeto de Lei nº 5.497/2014, de autoria do governador do Estado.

Essa lei contém a estimativa de receitas e a previsão de despesas do governo para o ano de 2015. O governo expressa quanto espera arrecadar e como pretende gastar os recursos arrecadados. Para 2015, a receita é estimada em R\$ 81.382.641.078,00 (oitenta e um bilhões trezentos e oitenta e dois milhões seiscentos e quarenta e um mil e setenta e oito reais) e a despesa fixada em R\$ 88.655.847.098,00 (oitenta e oito bilhões seiscentos e cinquenta e cinco milhões oitocentos e quarenta e sete mil e noventa e oito reais), o que representa um déficit orçamentário de R\$ 7.273.206.020,00 (sete bilhões duzentos e setenta e três milhões duzentos e seis mil e vinte reais). Tal cenário foi embasado pelas mudanças nos parâmetros macroeconômicos que ocorreram antes da aprovação do projeto em Plenário, o que motivou a revisão das projeções de receita e despesa, resultando nos dados citados anteriormente.

Os recursos previstos serão distribuídos para a execução dos programas de governo desenvolvidos pelos órgãos e entidades da administração nos diversos setores, como saúde, educação, segurança, meio ambiente e transporte.

As despesas autorizadas na lei orçamentária devem ser compatíveis com as estabelecidas no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, que é revisado anualmente. Por isso, comissões temáticas da Assembleia promoveram audiências públicas para discutir a revisão para 2015 do PPAG 2012-2015. Houve ampla participação da sociedade no processo, que resultou na apresentação de 39 emendas pela Comissão de Participação Popular.

Ao final do processo legislativo foram aprovadas 465 emendas, sendo 39 da Comissão de Participação Popular, 370 de parlamentares, 1 da Comissão Extraordinária das Águas, 55 apresentadas pelo relator e 1 subemenda.

GCT/GFO/SB/MRC/AT/DAS/LNB/MEC/VCG/Rev